



**ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR**

MENSAGEM Nº 1248

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS
DEPUTADAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação dessa augusta Casa Legislativa, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que “Autoriza a cessão de uso de imóveis no Município de Lages”.

Florianópolis, 5 de setembro de 2025.

JORGINHO MELLO
Governador do Estado



Assinaturas do documento



Código para verificação: **VT5F035X**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JORGINHO DOS SANTOS MELLO (CPF: 250.XXX.199-XX) em 05/09/2025 às 18:58:42

Emitido por: "SGP-e", emitido em 14/04/2023 - 11:54:30 e válido até 14/04/2123 - 11:54:30.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VBXzcwMDBfMDAwMTA2NzVfMTA3NDdfMjAyM19WVDVGMDM1WA==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEA 00010675/2023** e o código **VT5F035X** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO PATRIMONIAL

EM nº 65/2025/SEA

Florianópolis, data da assinatura digital

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a cessão de uso, ao Município de Lages, pelo prazo de 10 (dez) anos, dos seguintes imóveis:

I – imóvel com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), com benfeitoria não averbada, matriculado sob o nº 17.033 no 4º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Lages, e cadastrado no Sistema de Gestão Patrimonial sob o nº 1.336, no Município de Lages;

II – imóvel com área de 424,20 m² (quatrocentos e vinte e quatro metros e vinte décimos quadrados), com benfeitoria não averbada, matriculado sob o nº 14.659 no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Lages, e cadastrado no Sistema de Gestão Patrimonial sob o nº 1.229, no Município de Lages;

III – imóvel com área de 1.198,00 m² (mil, cento e noventa e oito metros quadrados), com benfeitoria não averbada, matriculado sob o nº 45.857 no 4º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Lages, e cadastrado no Sistema de Gestão Patrimonial sob o nº 1.263, no Município de Lages;

IV – imóvel com área de 407,50 m² (quatrocentos e sete metros e cinquenta décimos quadrados), com benfeitoria não averbada, matriculado sob o nº 17.031 no 4º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Lages, e cadastrado no Sistema de Gestão Patrimonial sob o nº 1.342, no Município de Lages;

V – imóvel com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), com benfeitoria não averbada, matriculado sob o nº 17.034 no 4º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Lages, e cadastrado no Sistema de Gestão Patrimonial sob o nº 1.331, no Município de Lages; e

VI – imóvel com área de 480,00 m² (quatrocentos e oitenta metros quadrados), com benfeitoria não averbada, matriculado sob o nº 17.032 no 4º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Lages, e cadastrado no Sistema de Gestão Patrimonial sob o nº 1.249, no Município de Lages.

A cessão de uso de que trata esta Lei tem por finalidade o desenvolvimento de atividades na área da saúde por parte do Município.

Contudo à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Vânio Boing
Secretário de Estado da Administração
(assinado digitalmente)



Assinaturas do documento



Código para verificação: **U7924PBQ**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



VANIO BOING (CPF: 433.XXX.709-XX) em 28/04/2025 às 12:19:35

Emitido por: "SGP-e", emitido em 23/01/2023 - 15:09:49 e válido até 23/01/2123 - 15:09:49.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VBXzcwMDBfMDAwMTA2NzVfMTA3NDdfMjAyM19VNzkyNFBCUQ==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEA 00010675/2023** e o código **U7924PBQ** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



PROJETO DE LEI Nº

Autoriza a cessão de uso de imóveis no Município de Lages.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e ceder de forma não remunerada ao Município de Lages o uso dos seguintes imóveis:

I – o imóvel com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), com benfeitoria não averbada, matriculado sob o nº 17.033 no 4º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Lages e cadastrado sob o nº 1336 no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) da Secretaria de Estado da Administração (SEA);

II – o imóvel com área de 424,20 m² (quatrocentos e vinte e quatro metros e vinte décimos quadrados), com benfeitoria não averbada, matriculado sob o nº 14.659 no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Lages e cadastrado sob o nº 1229 no SIPAC da SEA;

III – o imóvel com área de 1.198,00 m² (mil, cento e noventa e oito metros quadrados), com benfeitoria não averbada, matriculado sob o nº 45.857 no 4º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Lages e cadastrado sob o nº 1263 no SIPAC da SEA;

IV – o imóvel com área de 407,50 m² (quatrocentos e sete metros e cinquenta décimos quadrados), com benfeitoria não averbada, matriculado sob o nº 17.031 no 4º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Lages e cadastrado sob o nº 1342 no SIPAC da SEA;

V – o imóvel com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), com benfeitoria não averbada, matriculado sob o nº 17.034 no 4º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Lages e cadastrado sob o nº 1331 no SIPAC da SEA; e

VI – o imóvel com área de 480,00 m² (quatrocentos e oitenta metros quadrados), com benfeitoria não averbada, matriculado sob o nº 17.032 no 4º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Lages e cadastrado sob o nº 1249 no SIPAC da SEA.

Parágrafo único. O prazo da cessão de uso de que trata esta Lei é de 10 (dez) anos, a contar da data de publicação desta Lei.

Art. 2º A cessão de uso de que trata esta Lei tem por finalidade e encargo a execução de atividades na área da saúde por parte do Município.



ESTADO DE SANTA CATARINA

Art. 3º O cessionário, sob pena de rescisão antecipada, não poderá:

I – transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com a cessão de uso de que trata esta Lei;

II – oferecer os imóveis como garantia de obrigação;

III – desviar a finalidade da cessão de uso, deixando de cumprir o encargo de que trata o art. 2º desta Lei; ou

IV – executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 4º O Estado retomará a posse dos imóveis nos casos em que:

I – ocorrer uma das hipóteses previstas no art. 3º desta Lei;

II – findarem as razões que justificaram a cessão de uso;

III – findar o prazo concedido para a cessão de uso;

IV – necessitar dos imóveis para uso próprio;

V – houver desistência por parte do cessionário; ou

VI – houver descumprimento do disposto no art. 5º desta Lei.

Parágrafo único. Ficam incorporadas ao patrimônio do Estado todas as benfeitorias realizadas nos imóveis pelo cessionário, sem que ele tenha direito a indenização, caso ocorra qualquer uma das situações constantes deste artigo.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso, observado o disposto no parágrafo único do art. 4º desta Lei.

Art. 6º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá os imóveis contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 7º Após a publicação desta Lei, cedente e cessionário firmarão termo de cessão de uso para estabelecer os seus direitos e as suas obrigações.

Art. 8º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo Secretário de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JORGINHO MELLO
Governador do Estado



Assinaturas do documento



Código para verificação: **4RT76VS8**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JORGINHO DOS SANTOS MELLO (CPF: 250.XXX.199-XX) em 05/09/2025 às 18:58:42

Emitido por: "SGP-e", emitido em 14/04/2023 - 11:54:30 e válido até 14/04/2123 - 11:54:30.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VBXzcwMDBfMDAwMTA2NzVfMTA3NDdfMjAyM180UIQ3NIZTOA==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEA 00010675/2023** e o código **4RT76VS8** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.